

PATRIMÔNIO CULTURAL E DISPUTAS POR LEGITIMIDADE EM PELOTAS

GUILHERME GALDO RUCHAUD¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – guiruchaud@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louise_turismo@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão a respeito de dois projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), vinculado ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e que, embora possuam campos e objetos distintos, apresentam diversas interfaces entre si. Tratam-se dos projetos “Terra de Santo: patrimonialização de terreiro em Pelotas” e “Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogas e antropólogos em formação”. Ambos lidam com processos de patrimonialização de comunidades tradicionais da cidade de Pelotas/RS, por demanda de seus integrantes, além de também dialogarem em temáticas como Antropologia Urbana, segregação e periferias urbanas, entre outras. As comunidades referidas tratam-se, mais precisamente, de uma casa de religião de matriz africana - Comunidade Beneficente Terreiro Tradicional Ilê Axé Xangô Oxalá - CBTT - e de uma comunidade inserida em uma das áreas mais antigas da cidade - Passo dos Negros -, ambas com marcantes referências históricas ligadas à população afrobrasileira de Pelotas.

Para além do objetivo de propiciar o reconhecimento dessas comunidades como patrimônio cultural da cidade, compreendendo o registro de bem patrimonial como a procura de meios legais para a preservação de um bem cultural de modo a reconhecer a memória coletiva de um grupo (NOGUEIRA, 2008; FREIRE, 2005), os projetos referidos permitem e estimulam discussões a respeito do próprio caráter do patrimônio cultural e sua relação com processos de validação de determinados grupos e de suas culturas e modos de vida, por meio de dispositivos de construção de narrativas oficiais que os legitimam, muitas vezes em detrimento de outros grupos que também possuem participação na construção da cultura da cidade e da nação (TAMASO, 2005). Assim, a atuação da universidade no sentido do apoio ao reconhecimento dessas comunidades não se dá de forma acrítica, e sim com a constante reflexão a respeito dos dispositivos que estão sendo manuseados nesse processo e de suas implicações no que se refere a potenciais conflitos com as narrativas históricas oficiais, conflitos esses que tem sido sempre parte constituinte das políticas patrimoniais (TAMASO, 2005; CHUVA, 2011).

Esses projetos não poderiam se dar senão de forma interdisciplinar, uma vez que o próprio Patrimônio Cultural é, por si só, um campo interdisciplinar (CHUVA, 2011). Ainda, a compreensão dos fenômenos estudados, bem como do lugar de fala dos interlocutores (membros das comunidades estudadas) demanda estudos a respeito de temas também interdisciplinares, como a formação das cidades do país e da região, os ciclos produtivos e processos econômicos envolvidos, a cosmologia e os ritos das religiões de matriz africana praticadas na região, entre outras temáticas que são demandadas continuamente de acordo com os trabalhos de campo desenvolvidos. Essa formação contínua, que se dá principalmente através da leitura e discussão de textos, possui impactos positivos na formação das/os estudantes envolvidas/os nos projetos.

A relação com as comunidades envolvidas acaba indo além dos processos requeridos de patrimonialização, configurando-se em formas diversas de visibilização de suas narrativas em eventos, acadêmicos ou não, em que a cidade

pode ter contato com uma parte de sua própria cultura que habitualmente não é acessível a partir da leitura de suas narrativas oficiais.

2. DESENVOLVIMENTO

Os dois projetos possuem interfaces também nos métodos empregados para seu desenvolvimento. Em ambos os casos tem sido realizadas diversas incursões às comunidades estudadas, em que as falas das/os interlocutoras/es nos permitem construir continuamente as narrativas dessas comunidades sobre si e sobre suas relações com a cidade. A cada visita e diálogo, é possível perceber novas nuances discursivas e novas questões são levantadas e discutidas pelos grupos. Essas novas questões, além de contribuírem para a formação acadêmica, integram as justificativas dos pedidos de patrimonialização, que ocorrem por meio de dois dossiês, um referente a cada projeto, enviados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pelo reconhecimento oficial do patrimônio cultural brasileiro.

3. RESULTADOS

Os projetos ainda estão em andamento, e seus resultados, como era previsto, extrapolam os objetivos originais. Todo o processo que levou à conclusão dos dossiês com os pedidos de patrimonialização propiciou uma série de discussões e interlocuções com as comunidades. Entendemos que, ao lidar com o campo do patrimônio cultural, estamos adentrando em um meio de disputas políticas, de modo que, “se uma pesquisa de tipo etnográfico consegue trazer novos elementos para fundamentar medidas de proteção é preciso considerar que a estratégia não pode valer-se apenas de técnicas, pois o contexto é sempre político, depende do poder de negociação dos envolvidos”. (MAGNANI, 2013, p. 5)

Mas, mais do que isso, entendemos como resultados dos projetos também a busca pela revelação, através das vozes das/os próprios integrantes das comunidades, de grandes parcelas da história e da cultura pelotenses historicamente omitidas pelos discursos constituídos nas instituições responsáveis pela definição do que entendemos como patrimônio cultural. Até aqui temos como exemplos a participação dessas pessoas, a partir de nossa articulação, nas Conversas sobre Patrimônio, evento promovido pela Secretaria de Cultura (Secult) do município, e de uma exposição no Dia do Patrimônio, em que as narrativas do Passo dos Negros e da CBTT dividiram espaço, em um dos casarões históricos da Praça Coronel Pedro Osório, com outros referenciais da cultura da cidade. Nessa ocasião, um dos painéis exibidos havia sido elaborado por membros da própria comunidade do Passo dos Negros para uma exposição promovida meses antes, na sede do clube de futebol local. Ações emergenciais em resposta a demandas que emergiram durante os projetos incluem a participação em audiências públicas e a intervenção junto ao Ministério Público, no que se refere à salvaguarda de parcelas do Passo dos Negros ameaçadas de remoção.

Entendemos que, se o processo de patrimonialização, que constitui objetivo dos dois projetos, atua no sentido do reconhecimento dessas comunidades como parte relevante e ativa da cultura de Pelotas, esse não se trata do único meio para essa finalidade, e é complementado por outras ações que propiciam a visibilidade desses grupos, com sua cultura e modos de habitar que fazem parte da Pelotas de ontem e de hoje.

4. AVALIAÇÃO

É sintomático que essas comunidades tenham de buscar esse reconhecimento mesmo em uma cidade como Pelotas, com um grande número de referenciais históricos e culturais reconhecidos nas mais diversas instâncias (de acordo com a Secult são mais de 1700 imóveis inventariados no município). Que uma das cidades brasileiras com o maior número de casas de religiões de matriz africana, presentes em Pelotas desde o início de sua ocupação e praticadas mesmo no ambiente charqueador (AL-ALAM, 2008; ÁVILA, 2011), não inclua essas práticas religiosas como parte de seu patrimônio cultural; e que o Passo dos Negros, primeiro porto de uma cidade construída em torno da esfera produtiva sempre ligada à atividade portuária, particularmente do charque em seu primeiro momento (GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012; RIETH, *et al*, 2013; ROCHA, 2014), não seja reconhecido como patrimônio, tem sido objeto de estudo e discussão a respeito das políticas oficiais de reconhecimento de patrimônio cultural.

Os pedidos de patrimonialização por parte das próprias comunidades constituem um fenômeno revelador, que é a apropriação, por parte de grupos historicamente excluídos das narrativas oficiais, dos instrumentos usados para sua construção, como forma de legitimação de suas próprias narrativas. Nesse sentido, entendemos que os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos projetos não buscam falar por essas pessoas, mas sim propiciar visibilidade a suas próprias falas. Trata-se de uma importante inversão na forma de lidar com o patrimônio histórico, em que as instituições não atuam no sentido da seleção do que possui valor para a cultura de uma comunidade, mas sim da compreensão e legitimação, por meio do reconhecimento oficial, daquilo a que a própria comunidade atribui valor, compreendendo-se que “os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade”. (MENESES, 2012, p. 33)

Essa inversão se mostra particularmente relevante quando compreendemos a formação do Patrimônio Cultural brasileiro, historicamente ligado à construção de um projeto de nação, com a seleção de referenciais culturais desejados para essa finalidade, e a consequente exclusão de outros. Assim, a apropriação desses mesmos instrumentos por parte de grupos não contemplados com essa construção histórica constitui uma forma de participação política, de autoafirmação e de posicionamento frente a processos de deslegitimação e invisibilização, integrando diversas formas de resistência de grupos que se encontram à margem das sociedades a que pertencem. Essa ampliação da participação das comunidades nesses processos já tem sido objeto de estudos e reflexões no meio do Patrimônio Cultural, e vão ao encontro de muito do que tem sido sugerido em discussões recentes (MENESES, 2012; MAGNANI, 2013).

Entendemos que a conclusão e submissão dos dossiês é apenas uma etapa, e que constitui uma interação entre pesquisa e extensão, na medida em que se trata de um trabalho acadêmico que tem como objetivo o atendimento de demandas das comunidades; bem como a patrimonialização, caso venha a ser confirmada pela instituição, é apenas um instrumento, parte de temáticas mais amplas, ligadas à própria visibilidade das diversas comunidades e formas de habitar na construção das narrativas sobre a cidade, seu direito de fazer parte da história, e, no fim das contas, o direito à cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A Negra Força da Princesa**: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

ÁVILA, C. S. **A Princesa Batuqueira**: Etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas/RS. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção cultural**. Arquitectos, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011.

FREIRE, Beatriz. **O Inventário e o registro do Patrimônio Imaterial**: novos instrumentos de preservação. Cadernos do Lepaarq: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas: Editora da UFPel, vol II, n. 3, 2005. pp. 11-19.

GUTIERREZ, Ester Judite B. **Negros Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001 / 3ª ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A antropologia, entre patrimônio e museus**. Ponto Urbe [Online], São Paulo, v. 13, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Diversidade e sentidos do patrimônio cultural**: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. Anos 90.v. 15, n. 27, 2008.

PELOTAS. **Coordenadoria do Patrimônio Cultural**. Secretaria Municipal de Cultura. Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_urbana_ambiental/patrimonio_cultural/patrimonio_cultural.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

RIETH, Flávia, et al. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lidas Campeiras da Região de Bagé. Relatório Final. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, vol. 1, maio/2013.

ROSA, E. J. **Paisagens Negras**: Arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). 2012. Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas.

TAMASO, Izabela Maria. **A Expansão do Patrimônio**: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios.... Sociedade e Cultura, UFG, v. 8, n. 2, p. 13-36, 2005.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. Mana. v. 12, n. 1, 2006, pp. 237-248.